A supressão da vazante e o início do vazio: água e "insegurança administrada" no Vale do Jequitinhonha – MG

Andréa Zhouri
Gesta-UFMG

Raquel Oliveira
Gesta-UFMG

Klemens Laschefski
Gesta-UFMG

Introdução

O atual modelo de desenvolvimento, centrado numa concepção abstrata de espaço urbano-industrial-capitalista, manifesta-se concretamente através de um mosaico de paisagens "monoculturizadas" que, no Vale do Jequitinhonha, encontra materialidade nas extensas áreas de plantações florestais e agrícolas, localizadas nas chapadas e nas barragens de perenização dos rios ou que visam à produção de energia elétrica. As monoculturas nas chapadas e os barramentos dos rios apresentam-se como dinâmicas complementares que demandam cada vez mais os domínios espaciais mais importantes para a vida dos camponeses. A luta das comunidades locais ameaçadas pelo avanço dessa forma de apropriação territorial é – em grande parte – uma luta pelo direito de escolher o seu próprio caminho, ou seja, de realizar o seu próprio modo de produção do espaço.[1]

Numa breve retrospectiva histórica, vale a pena lembrar que, desde a chegada dos bandeirantes na região, a partir do final do século XVII, foram intensas as atividades de mineração de ouro, diamantes, turmalina e outras pedras preciosas. Essa exploração minerária trouxe certa prosperidade no século XVIII, testemunhada pelos centros urbanos que emergiram nessa época, com destaque para o Serro e Diamantina. No século XIX, o rio Jequitinhonha serviu como rota de escoamento de produtos e mercadorias até as zonas costeiras no sul da Bahia (Souza, 1997). Mas, com a abertura de novos caminhos de transporte pelos vales dos rios Mucuri e Doce, no final do século XIX e início do XX, a região

sofreu declínio econômico (*ibidem*). Hoje, as antigas minas ainda garantem uma fonte de renda esporádica para a população local.

Contudo, estão em curso prospecções de minério de ferro com vistas a uma nova onda de exploração minerária baseada em moderna tecnologia, que permite a exploração em larga escala de itabiritos com baixo teor de ferro. A Serra do Espinhaço, entre Conceição do Mato Dentro e Serro, e a descoberta de jazidas em Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e Salinas despontam como uma nova fronteira de mineração no estado (Rocha, 2008). Nesse contexto, a proximidade de grandes áreas de reflorestamento de eucalipto no Vale do Jequitinhonha é destacada como fator interessante para investimentos na indústria de aço na região. Está em discussão a construção de um mineroduto ou uma ferrovia para o escoamento da produção em direção ao sul da Bahia (Tomaz, 2010). Todas essas atividades, enfim, exigem uma infraestrutura energética adequada, algo que explica a intensificação de investimentos em hidrelétricas na região, tal como a mais alta barragem do Brasil: Irapé (Usina Presidente Juscelino Kubitschek), em funcionamento desde junho de 2006.

Um dos maiores dilemas vividos pelos moradores no Médio Jequitinhonha, uma região semiárida, é justamente a gestão dos recursos naturais, tendo em vista a disponibilidade e a qualidade da água para as necessidades diárias e para a agricultura. O Médio Vale do Jequitinhonha é uma área de transição entre cerrado e caatinga, onde a distribuição de chuvas é bastante irregular, com longos períodos de seca. O principal desafio é a manutenção e a recuperação das condições ambientais que garantam a produção e a reprodução do modo de vida na localidade, algo irremediavelmente ameaçado pelas barragens hidrelétricas. Neste contexto, a água, em múltiplas facetas, ocupa lugar central na maioria dos conflitos vividos pelas populações locais.

Os conflitos sobre a água, de modo geral, têm sido amplamente discutidos no que se refere aos serviços de distribuição de água potável e ao tratamento de esgoto, por exemplo, no contexto urbano (Castro, 2010; Heller *et al.*, 2010). Porto-Gonçalves aborda a questão em relação ao acesso aos territórios com disponibilidade de água e à *desordem ecológica*, criticando o "novo discurso da escassez" que sustenta uma racionalidade instrumental dos gestores da água, meramente especialistas da área da engenharia (Porto-Gonçalves, 2008). Para o autor, a alegada escassez de água seria o resultado da urbanização, do sistema elétrico baseado em hidroenergia, da agricultura irrigada ou, em outras palavras, resultado da forma de ocupação territorial da sociedade urbano-industrial-capitalista. Os conflitos em torno da água remeteriam, pois, a uma questão relativa à distribuição e à desigualdade social mais do que à escassez natural do

recurso. Isto porque o consumo nos centros urbanos é bastante elevado em relação ao consumo das populações rurais, sobretudo os grupos tradicionais.

Diegues (2009), numa linha semelhante de argumentação, chama a atenção para as diferentes representações culturais sobre as águas pelas comunidades tradicionais, contrapondo-as com os significados a partir da sociedade urbano-industrial, nas quais a

> [...] água doce é um bem em grande parte domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição em alguns países pode ser apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se um bem de troca ou uma mercadoria (Diégues, 2009:16).

Como confirmam os estudos de Ribeiro e Galizoni entre as comunidades rurais do Jequitinhonha,

> A água não é percebida por eles como um bem mercantil, ao contrário dos produtos do trabalho e animais. Água é dom, e embora umas pessoas possam ter mais direitos a ela – aquelas em cujo terreno ela brota – são direitos relativos apenas à dosagem, pontos de captação e prioridade de abastecimento; nunca dão sustentação para negação de água a quem estiver necessitado na comunidade (Ribeiro & Galizoni, 2003:136-137).

Tais representações constituem o fundamento de formas particulares de uso e gestão do recurso nas comunidades, onde a "água-dom" ou "água-natureza" se distingue do modelo de bem domesticado presente nas práticas empresariais e governamentais de gestão.

Na visão desenvolvimentista, as hidrelétricas, fonte primordial de energia elétrica, não só no Vale, mas em todo o país, são consideradas a espinha dorsal para qualquer tipo de indústria, além de serem uma das bases fundamentais para a vida doméstica moderna. Entretanto, elas se transformam em ameaça para aqueles que têm sua moradia no local de implementação da obra.

Já tivemos a oportunidade de comentar a luta das comunidades rurais atingidas pelas barragens do Jequitinhonha, notadamente a UHE Irapé e a UHE Murta (Zhouri & Oliveira, 2004, 2010), concentrando nossas análises nas comunidades em risco de desterritorialização compulsória, quer dizer, aquelas situadas nas áreas a serem alagadas pelo reservatório. Mas a literatura que trata da situação da população ribeirinha localizada a jusante dos reservatórios, nas áreas consideradas não atingidas pela definição dos planejadores e dos órgãos

ambientais, é quase inexistente. No entanto, mudanças nas redes de relações sociais provocadas pelo remanejamento de parentes e amigos que vivem nas áreas diretamente inundadas, ou mesmo provocadas pelas transformações do próprio regime hidrológico a partir do funcionamento da barragem a montante, sugerem drásticas transformações para aqueles que vivem a jusante, configurando um contingente de atingidos ignorados pelo Estado e pelas empresas do setor elétrico.

Neste texto, pretendemos abordar a situação vivida pelas comunidades localizadas a jusante da barragem de Irapé, focalizando o significado para elas da perda de suas vazantes, assim como os significados produzidos sobre a água do rio após a construção da hidrelétrica.

O conflito: controvérsias sociotécnicas e normativas e a naturalização da água como mercadoria

Irapé é uma hidrelétrica de 208 metros de altura, construída com um reservatório de 137,16 km^2. Ela inundou parcialmente sete municípios (Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado e Turmalina), correspondendo a 51 comunidades rurais, uma população em torno de 1.200 famílias. Planejada nos anos 1980 como mais uma redenção do Vale da Miséria, ela encontrou uma resistência organizada por quase vinte anos que, ao final, logrou alcançar o reconhecimento de várias categorias de atingidos, até então negadas pelos empreendedores (agregados, herdeiros ausentes, posseiros e meeiros), a participação dos atingidos na escolha de áreas para reassentamento e a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta celebrado como um dos melhores da América Latina, como já discutido por Zucarelli (2006, 2011). Apesar de a situação dos reassentados estar ainda longe de exemplar (Laschefski & Zhouri, 2011),[2] pouco se comenta sobre a população residente a jusante da barragem.

Entretanto, após o fechamento das comportas da barragem de Irapé pela Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.), no final de 2005, um conflito sobre a qualidade da água a jusante da hidrelétrica emergiu.

A população do povoado de Barra de Salinas e de seus arredores, nos municípios de Coronel Murta e Virgem da Lapa, percebeu o impacto através do mau cheiro da água, das alergias na pele, das manchas de ferrugem na roupa após a lavagem e pelo comportamento estranho do gado, que se recusava a beber a água do rio. Em fevereiro de 2006, o Gesta/UFMG, que desenvolvia projeto de pesquisa/extensão na região desde 2002, por meio de demanda feita pelas comunidades locais, encaminhou à Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) e à

Procuradoria da República em Minas Gerais relatório sobre a situação no local, solicitando providências no sentido da restauração e da garantia das condições ecológicas e ambientais adequadas à manutenção e à reprodução das comunidades.[3] Um inquérito foi instaurado no âmbito do Ministério Público Federal e os órgãos oficiais e a Cemig chegaram também a reconhecer, por meio de análises químicas, uma mudança significativa na qualidade da água, não obstante uma controvérsia sociotécnica e normativa igualmente instaurada.

Na esfera de tal controvérsia, para avaliar a gravidade do impacto, o perito judicial da defesa utilizou uma classificação da água baseada em critérios definidos pela Resolução Conama 357/05. Segundo os parâmetros desta Resolução, o rio Jequitinhonha teria águas enquadradas na classe 2 (boa qualidade), exigindo, contudo, tratamento convencional para abastecimento doméstico. Desta forma, na perspectiva do perito judicial, as queixas ou as questões levantadas pelas comunidades locais não seriam de responsabilidade ou competência da empresa, posto que "as águas do Rio Jequitinhonha já eram impróprias ao consumo humano, sem tratamento, antes da implantação da UHE Irapé".[4] Ademais, na percepção do perito, o Estado teria "por obrigação zelar pelo uso múltiplo das águas" e a gestão dos recursos hídricos deveria contar "com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos".[5]

No entanto, a denúncia das comunidades sem acesso à água tratada e que fora encaminhada pelo Gesta-UFMG tomara como base a Portaria 518/0 do Ministério da Saúde, que define critérios químicos para as exigências em relação à qualidade da água potável. Em certo sentido, esta interpretação foi compartilhada pelo Ministério Público Federal ao entender que "o perito judicial realizou seu trabalho com base em normas, não na realidade vivida pela população ribeirinha", destacando que "O que importa são as alterações de vida, os impactos suportados por aquela população que, durante toda a sua existência, consumiu água diretamente do Rio Jequitinhonha e, a partir da construção da UHE, não pôde mais fazê-lo".[6]

Até a conclusão deste texto, não havia uma decisão final sobre o caso, mas o conflito permite refletir sobre a inserção diferenciada dos atores sociais no mundo vivido, o que se reflete nas interpretações sobre os impactos ambientais e o meio ambiente em geral. Como os moradores do local nunca tiveram água tratada pela Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) e sempre viveram diretamente do meio ambiente local, ou seja, consumindo e utilizando a água do rio, eles sentiram, literalmente, o impacto na pele. Com efeito, os técnicos – a partir de métodos supostamente objetivos – vêm de um mundo

urbano e, em sua maioria, de uma classe social para a qual a disponibilidade de água tratada é uma realidade cotidiana e cuja relação com o meio ambiente é mediada por instrumentos e dispositivos que são parte da tecnociência. Os serviços de tratamento de água estão apenas disponíveis para determinados grupos sociais, notadamente aqueles com poder aquisitivo suficiente para solicitá-los, e que se encontram geralmente localizados em áreas urbanas onde dispõem de infraestrutura completa. Para aqueles que foram socializados nessa parcela da sociedade, as queixas dos moradores do Vale não correspondiam ao estatuto de provas técnicas passíveis de reconhecimento por instituições "competentes" e, nessa ótica, não poderiam ser consideradas pelos órgãos ambientais. Assim, o conflito em torno da avaliação desse impacto reflete não apenas as desigualdades sociais, mas também as diferenças entre as percepções e as concepções de mundo dos sujeitos envolvidos – percepções e concepções estas construídas através do *habitus* de classe (Bourdieu, 1993).

É neste contexto que se faz necessária uma nota etnográfica sobre o modo de vida deste campesinato ribeirinho em suas relações com o meio, para que se possa entender o significado do regime hidrológico e das vazantes para a economia doméstica e, em termos mais gerais, para a organização social do grupo. Espera-se, assim, entender igualmente a dimensão das perdas sugeridas pelo funcionamento da barragem de Irapé para aqueles que vivem a jusante do reservatório, no rio Jequitinhonha.

Para compreender as vazantes: a organização do espaço

Nas localidades em análise, observa-se uma organização do espaço, da produção e do trabalho estruturada na discriminação de quatro unidades da paisagem:

Vazante: área localizada nas margens dos *rios grandes* (Jequitinhonha, Salinas e Vacaria) e sujeita às inundações sazonais. Nestes terrenos são feitas as *hortas* com o cultivo de hortaliças e verduras: alface, repolho, alho, cebola, quiabo, tomate, batata, cenoura, abóbora, entre outros.

Baixa: área plana que tem como qualidade o fato de *conservar melhor a umidade da chuva* no solo. A baixa pode estar localizada em terrenos mais altos, distantes do rio, ou podem ocorrer próximas ao rio, neste caso sendo chamadas de "tabuleiros".

Tabuleiros: áreas planas localizadas próximas às margens dos rios. Nos tabuleiros e baixas são feitas as *roças*. No espaço da roça são cultivados os *mantimentos*, ou seja, o milho e o feijão e, eventualmente, o arroz.

Chapada: áreas planas e de altitude mais elevada. São terrenos arenosos, atualmente ocupados pelas monoculturas de eucalipto (na região, existem

fazendas pertencentes à Suzano). No passado, entretanto, eram utilizadas para a "solta do gado na larga", em regime de uso comum, além da coleta de plantas e frutos, atividade denominada *recursagem* (Galizoni, 2000). Segundo os moradores, as áreas de chapada não são propícias para o cultivo, pois não conservam a umidade no solo. A água proveniente das chuvas escorre para os "capões" (pé da chapada) onde são encontrados os "minadouros", isto é, as nascentes. Tais solos de chapada, na região do Médio Jequitinhonha, são caracterizados por esta elevada porosidade.

Esses espaços constituem unidades ecológicas distintas, mas fundamentalmente complementares, cujas diferentes potencialidades resultam na temporalidade de uma paisagem singular em que se alternam *roças, hortas* e *mangas* (parcelas de pasto fechado). Desse modo, o fluxo das atividades de trabalho e as alternâncias ecológicas sazonais se articulam produzindo condições de vida indissociáveis das relações que as pessoas mantêm com seu meio.

Destaca-se o conjunto de práticas e de conhecimentos que compõem uma estratégia apurada de uso dos recursos, realizando um fino ajustamento entre as capacidades ecológicas próprias do local e o potencial produtivo e de consumo dos grupos domésticos. Nesse sentido, estes ambientes diversos mobilizam trabalhos diferentes em épocas distintas do ano. A *roça* feita nas baixas e nos tabuleiros exige que os produtos sejam plantados no *tempo das águas* (período chuvoso – variavelmente de outubro ou novembro até março). Em contraste, as *hortas* que dependem das áreas de vazante somente produzem durante a estiagem (abril a setembro), quando o rio tem seu volume de água reduzido, possibilitando o aproveitamento das margens e o fornecimento do alimento chamado *mistura* ou *miudeza* durante o período mais crítico da seca. Observa-se, assim, a variação concomitante entre o fluxo de trabalho e a fluência das águas, compondo o movimento de uma paisagem cujo ritmo "repousa no escalonamento e na resolução de tensões, no princípio de que cada resolução é em si uma preparação para um novo escalonamento" (Ingold, 2002:197 – tradução livre). Alguns moradores explicitam essa temporalidade:

> Tem a área da vazante, que é uma área úmida. É plantio nessa época de mês de abril, época que não chove. E tem o tabuleiro que a gente planta, sempre é vingado o mantimento, porque também tá perto da umidade da água. *Quer dizer que as terras são uma pela outra [...]* Agora, essa terra que faz parte, acompanhando essa área do tabuleiro, já é uma terra de terceira classe. Quer dizer, ela é uma terra escorrida, de terceira classe [...] Agora, a cabeceira em cima já demetre boa, não é igual a de baixo. *Questão da água, né? Agora, todas elas são*

> *produtivas. Dá de baixo a cima.* O tempo que vem a chuva das nuve, que Deus manda para nós, ela produz (Morador da Comunidade de Morrinhos, abril de 2003).

> Então, a gente faz esse plantio agora praticamente em abril, maio, por aí a gente tá plantando na beira do rio, *chama vazante, porque é quando o rio tá baixo.* Aí, quando for lá pra julho, agosto em diante, a gente começa a colher na beira do rio, aí lá pra outubro, novembro que a gente acabou a colheita, aí o rio enche, tampa isso aí novamente a enchente, torna a fazer outra terra boa [...] Aí vem plantar no tabuleiro, que é aqui em cima, aqui, onde tá chovendo e o rio não vem (Morador da comunidade de Barra do Salinas, abril de 2003).

Os excertos destacam dois fatores essenciais ao modelo local de organização do trabalho agrícola: o aproveitamento das potencialidades ecológicas locais e a complementariedade das unidades produtivas que compõem essa paisagem. Primeiramente destacamos o ordenamento das capacidades produtivas segundo a localização dos terrenos e a disponibilidade de água. Nota-se a centralidade da água como elemento fundamental à produtividade, tanto na forma de *enchente* quanto na forma de *chuva*, ambas entendidas como modalidades de reconstituição da fertilidade da terra. Por outro lado, a chegada da estiagem, com a consequente redução da vazão dos grandes rios, possibilita àquelas comunidades localizadas nas margens do Jequitinhonha a realização anual das vazantes. São as alternâncias e as regularidades do ciclo hidrológico que ordenam o trabalho familiar, instituindo marcos temporais para a organização das atividades produtivas, como exemplifica um morador da Lavrinha ao precisar o início do trabalho nas vazantes: “Horta é de março pra frente, mas tem vez que *encurta a chuva*”, e como ilustra também o cálculo de outra moradora da Lavrinha: “ano que vem, na *boca da chuva* vou aumentar minha rocinha”.

Já a complementaridade dessas unidades produtivas é ressaltada quando o entrevistado afirma que “as terras são uma pela outra”. Neste caso, em lugar de unidades intercambiáveis, o que temos são estratos interdependentes, posto que se sucedem no ciclo produtivo, fornecendo trabalho e alimento em períodos distintos. O caráter conexo, mas não substitutivo dessas unidades também se revela quando consideramos as diferenças relativas ao tipo de recursos que proveem as famílias: o *mantimento* e a *miudeza*, produtos para a *despesa* e para o *negócio*.

Deve-se destacar que tal organização do espaço segundo a diferenciação de potencialidades ecológicas está assentada em uma visão estatigráfica do mundo.

No ápice de tal esquema, em seu ponto mais alto, está o céu, domínio divino integrado ao registro do sagrado, de onde se origina a fertilidade representada pela água da chuva. Logo abaixo se encontram as chapadas, domínio da natureza inculta, espaço não cultivável, provedor de dádivas representadas pelos recursos extraídos, tais como frutos, ramos para o preparo de remédios e minerais preciosos. Nesse sentido, a chapada representa um espaço não passível de apropriação privada, compõe em geral uma terra comum utilizada para a criação do gado na larga, conforme revela o relato de um morador da comunidade de Mutuca de Baixo sobre a expropriação desse domínio a partir tanto da inserção de empreendimentos minerários quanto da ocupação das chapadas com os reflorestamentos de eucalipto na década de 1970:

> A Barra do Salinas lá, por exemplo, a Alba [empresa mineradora], hoje é da Alba lá, *antes lá era assim... era natureza,* como que é... vamos supor... rio é natureza. E eu via gente lá de São Paulo, lá de Belo Horizonte, ou donde for, chegava lá e ele chegava com cereais e as ferramentas, ele chegava, armava o barraco lá e ia tirar [o minério, no caso, pedras semipreciosas de turmalina]... *onde é que ele marcasse, roçasse, o serviço era dele.* O que ele tirasse era dele, nem porcentagem não tinha. *Depois de uns certos tempo veio vindo uns povo lá de fora*, veio vindo esse povo... não é do meu tempo. No tempo de meu pai, ele me fala que tinha... que *eles andavam armado. Essa pessoa chegou e alojou aí e... fez... conseguiu* lá um documento, sei lá como que foi, naquela época, e *apossiou do lugar né...* (Morador de Mutuca de Baixo, 2002).

Em outro momento da entrevista, destaca:

> Agora as vazante, do rio, tanto lá no Jequitinhonha como o rio Salinas, né?, diminuiu muito... as água de primeiro.. era mais favorável, antes de ter esse eucalipto... nessa chapada aí, isso era bom porque tinha água pra todo lado. Veio esse pessoal e plantou esse eucalipal aí... Secou todas as nascentes aí, oh! Um lugar aqui oh, com nome Morro Redondo, aqui no alto aqui... o povo vivia tudo de lá, tinha água... num secava não, hoje não tem água lá... Nem os passarinhos num tá lá mais, né? Então... devastou tudo, né?... *Nossa região à margem do rio aqui é melhor porque nós tá mais perto um ao outro, os vizinhos tudo pertinho, porque tá, bastante gente né? E lá nos altos já num tá tendo por causa das águas lá que num tá tendo. Aqueles que tá lá tá querendo vim pra cá... pra perto da água. Que perto da água tudo..., água é natureza, né, tudo cria, né?* (Morador de Mutuca de Baixo, 2002).

Nessa visão estatigráfica, temos uma escala descendente que vai da chapada às vazantes, do domínio inculto à natureza domesticada representada pelas *roças* e *hortas* que materializam o universo essencialmente humano do trabalho. Conforme acentuam Woortmann e Woortmann (2004), "o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas espaços sociais e de gênero" (:7). É nesse sentido que a *roça* designa também o espaço masculino, oposto ao domínio inferior na escala que é dado pelas vazantes onde se realizam as hortas, lugares associados ao trabalho feminino, conforme dizem: "mulher tem mais jeito pra canteiro". Nota-se, assim, uma homologia entre a divisão sexual do trabalho e a organização do espaço:

Tabuleiro : roça : mantimento : homem : : vazante : horta : mistura : mulher

Tabuleiro/Baixa	Vazante
Roça	Horta
Mantimento	Mistura
Trabalho masculino	Trabalho feminino
Tempo das águas	Tempo da seca

Nesse esquema local, da mesma forma que o trabalho feminino é visto como complementar e designado como *ajuda* no espaço da roça, a *mistura*, produto do trabalho feminino nas hortas, cumpre papel suplementar na alimentação. Aqui, tal como entre o campesinato goiano analisado por Brandão (1981), a chamada "mistura" representa o acompanhamento, o conteúdo modificador da "massa", esta prioritariamente composta pelos *mantimentos* representados pelos cereais (Brandão, *ibidem*). De modo também homólogo, a *mistura* é servida depois do mantimento no prato, cuja base é a farinha (mandioca ou milho), o feijão e o arroz.

Tal modelo de organização produtiva revela ainda a centralidade do trabalho familiar para a execução da diversidade das tarefas previstas e a produção das variedades esperadas, conforme pode ser percebido no relato de um morador de Pachecos: "Quando a família tava aqui, nós plantava tudo: milho, feijão, abóbora, quiabo, melancia... Agora tô sozinho, cuido mais do tabuleiro, porque sozinho, não dou conta de vazante" (Morador de Pachecos, 2005).

O papel das vazantes na organização da economia doméstica

Como vimos, no Médio Jequitinhonha, o sítio camponês como unidade produtiva consiste na articulação de subunidades funcionais que correspondem a estratos da paisagem. Observamos, assim, o sítio camponês como um "sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si" (Woortmann, 1983:164). No caso específico das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha,

essa articulação das subunidades funcionais assume papel significativo, pois envolve não apenas a conexão entre os domínios casa-quintal e roça-pasto, como também implica a junção dos sistemas de produção lavra-lavoura. É preciso notar que os termos dessa relação lavra-lavoura se repartem em outros termos complementares, como tabuleiro-vazante; roça-horta; mantimento-mistura e despesa-negócio, caracterizando uma lógica de gestão descrita por Woortmann:

> Claramente, então, o sítio é um sistema de partes articuladas. *O conhecimento camponês se orienta no sentido de procurar constituir seu sítio num sistema fechado de insumos-produtos em que cada parte produz elementos necessários à outra parte.* O sítio em seu conjunto produz então simultaneamente elementos de consumo direto e de renda monetária para o grupo doméstico que, por sua vez, provê a força de trabalho necessária ao funcionamento desse sistema (Woortmann, Ellen, 1983:200-201).

Deve ser notado que nem todos os sítios possuem vazantes, mas aqueles que produzem seus canteiros são responsáveis por boa parte do suprimento de legumes e hortaliças às comunidades. Ademais, o emprego das vazantes constitui mecanismo complexo de uso comum, posto que seu uso é difundido entre famílias de comunidades vizinhas, não se restringindo à parentela:

> - E: Vazante é tanta gente aqui que dá. Um tem um pedacinho, outro dá outro... não sei quantos dão. O ano passado... eu contei daqui, da extrema nossa aqui, em cima, na gaita do rio, até aqui onde a gente cuida, eu contei 22 pessoas que tinha vazante aí.
> - P: Lá da Barra [de Salinas – povoado adjacente]?
> - E: Nós e da Barra. Os amigos... um tira pra um, tira pra outro.
> - P: Vocês fazem alguma combinação com o pessoal da Barra?
> - E: Não. A gente passa pra eles, dá o terreno lá e eles fazem o que quer.
> - P: E dividem lá o pedacinho pra cada um?
> - E: Dá um pedaço pra cada um que pode dar, eles fazem o que quiser fazer, não tem negócio de meia nem nada não. O nosso é plantado, a gente mesmo é que planta (Moradora da Comunidade de Prexedes, em 2003).

Em alguns casos, esses lavradores residem em comunidades relativamente distantes das áreas cultivadas, como é caso de dois moradores da comunidade de Malícia que, entrevistados em janeiro de 2005, relataram que estavam produzindo numa vazante à beira do Jequitinhonha, a qual estava localizada a 1 hora e 30 minutos de caminhada. Eles visitavam e cuidavam de seu canteiro a cada três

dias. Lá produziam abóbora, quiabo, cebola, alho e batata e, quando perguntados sobre possíveis dificuldades enfrentadas na região, apontaram: "O problema da água é a maior dificuldade. A roça conta com a chuva". Ressaltamos aqui dois fatores: a interdependência dos domínios *tabuleiro-vazante*, *roça-horta* e o caráter imprescindível das vazantes, posto que a irregularidade das chuvas no Semiárido torna a produção das roças um empreendimento de risco, no qual o investimento de recursos e de trabalho pode não corresponder às expectativas e ao cálculo familiar da despesa. Nesse quadro, as vazantes constituem um domínio produtivo que independe da pluviosidade, já que sua fertilidade está ligada à dinâmica da vazão e às águas fluviais, como explica um morador da comunidade de Prexedes ao contrastar a produção nas vazantes e nos tabuleiros, avaliando as mudanças provocadas em seu sistema produtivo a partir das alterações no regime de vazão do rio Jequitinhonha desde o funcionamento da hidrelétrica de Irapé:

> Porque o processo é o seguinte: a terra ficava molhada e aqui [vazante] se plantou, colheu [...] Já o alto é esse processo: se tiver chuva, você colhe, se não tiver, você não colhe. Então, como o rio molhava e o molhado conservava, então você plantava tendo certeza que colhia, e agora perdemo essa... *a nossa agricultura certa nós perdemos* (Morador da comunidade de Prexedes, maio de 2011).

Ademais, quando se considera o caráter articulado e interdependente desse sistema produtivo, compreende-se o papel das vazantes enquanto unidade funcional que colabora para a composição do *fundo de manutenção*, ao mesmo tempo em que constitui um domínio indispensável para a consecução de uma importante estratégia reprodutiva: a "internalização das condições de reprodução do sistema" (Woortmann, 1983:201), pois ela fornece a *mistura* produzida pela família, provendo elementos de consumo intermediário que sustentam a *criação* (porcos e galinhas) e, ocasionalmente, permitem auferir renda, dada a *alternatividade* de seus produtos. Conforme enfatizou uma moradora de Marimbondo, entrevistada na última visita a campo, em maio de 2011: "A vazante é que dá mais descanso". "Descanso", neste caso, refere-se à dispensabilidade de aquisição dos produtos fora da unidade produtiva familiar. Ao evitar a compra nos armazéns, a produção das vazantes não só atende à *despesa*, como possibilita a criação de uma margem de "descanso" ou folga no orçamento comprometido, ou seja, nas demandas colocadas por seu *fundo de manutenção*.

A importância das vazantes para a composição do *fundo de manutenção* e a consecução da *estratégia de internalização das condições de reprodução* do próprio

sistema produtivo é evidenciada na entrevista de um morador da comunidade de Prexedes, ao relatar a articulação entre a produção das vazantes e o provimento da "criação", além da qualidade de alternatividade de seus produtos:

> - Tinha vazante né? Planta vazante até em cima assim, mas agora (mexe a cabeça negativamente), esse ano, ano passado mesmo não plantamos nada. Agora, esse ano mesmo, nem animei mexer mais, que cê planta só pro cê perder tempo, né? O que a gente colhia aqui antigamente dava pro cê manter o ano inteiro. Criava porco, galinha, dava rama pras vacas, cavalo, essas coisas, só que agora praticamente perdemos 100%, né?
>
> - E agora para tratar da criação, como é que faz?
> A gente já acabou com quase tudo devido não ter condições de comprar milho pra tratar, né? Ração, essas coisas. Aí a gente acabou desfazendo porco, galinha, diminuiu muita coisa, né? Mas é difícil, né? Ali, quando era dessa época aqui oh [apontando para a outra margem do rio], começava dali oh, aquela margem estreita até lá em cima era só vazante (Morador de Prexedes, maio de 2011).
>
> [...] Acabou com o meio de vida que a gente tinha, uma ajuda pra... A gente tinha nas margens do rio, né, pra gente se manter, né? E as vazantes também ajudavam assim no orçamento da família, no dia a dia, né? Era muita fartura. Batateira, abobreira, quiabeiro... A gente, além de tratar dos animais, também a gente vendia para comprar muitas coisas, né? Nessa época aqui era [maio] carga, de cangalha, saía cavalo com as cargas: caixa de abóbora, batata, quiabo, um farturão o ano inteiro... só que porém, como cês tão vendo né... acabou tudo (Morador de Prexedes, maio de 2011).

Tais relatos enfatizam as estratégias de controle e gerenciamento do abastecimento doméstico em que as vazantes estão relacionadas com a previsão e a segurança, distinguindo-se, pois, da *lavoura de roça*, posto que esta é completamente dependente da disponibilidade de chuvas no ano. Por outro lado, os produtos das vazantes também se diferenciam do domínio da lavra, já que os recursos advindos desta não são passíveis de *alternatividade*.

Em síntese, a supressão das vazantes resulta na desarticulação do sítio camponês tal como ele se encontra estruturado no Médio Jequitinhonha. O domínio das vazantes constitui um espaço produtivo que prescinde das águas pluviais, fornecendo às famílias a *mistura* e a complementaridade das esferas roça-horta; trabalho masculino-trabalho feminino. A vazante provê, sobretudo, o que os

moradores chamam da "agricultura certa". A perda desse domínio redunda não só no comprometimento da criação e do *fundo de manutenção* dessas famílias, como também as expõem a condições atuais de vulnerabilidade que, uma vez não sanadas, resultarão em *insegurança alimentar,*[7] derivada da sua desestruturação produtiva e do desequilíbrio ecológico advindo da alteração no regime hidrológico.

Significados e usos da água

A organização social e produtiva das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha vincula-se fortemente às condições do meio. As formas de vida dessas populações são consolidadas de acordo com as potencialidades e as restrições ecológicas locais, dentre as quais se destaca a disponibilidade de água. Os cursos d'água são balizas para a compreensão de aspectos como sociabilidade, relações identitárias e a geografia das comunidades. Nessa economia camponesa, os recursos hídricos são importantes para assegurar a fertilidade do solo, a produção agrícola, o consumo doméstico, bem como a dessedentação do gado e da criação (Galizoni & Ribeiro, 2003).

Conforme evidenciaram Galizoni e Ribeiro (2003), para os grupos locais, a água consiste em uma espécie de dádiva, um recurso de uso comum e gratuito, posto que sua existência não depende de trabalho humano: "água brota, mina, mareja e escorre por vontade de Deus" (*ibidem*:134). Dessa forma, evidencia-se a concepção de que a água pertence à esfera do divino e da natureza e, como dom, não pode ser negada ou privatizada.

No decorrer de sua história, famílias e comunidades rurais do Jequitinhonha construíram estratégias para gerir situações críticas e cíclicas de escassez de água. Os lavradores criaram, ao longo do tempo, lógicas familiares de consumo, critérios de prioridade de uso e formas de gestão comunitária. A organização da produção é pautada pela disponibilidade de água, assim como a geografia dos sítios e das comunidades, tendo em vista os critérios para a localização das moradias e das lavouras familiares: "A qualidade de vida e a fartura de alimentos também dependem da água e, assim, se estabelece uma urdidura cultural e produtiva entre famílias, espaço e água" (Galizoni *et al.*, 2008:134).

A escassez de água – recurso fundamental e balizador da organização social das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha – acarreta, portanto, a redefinição do modo de vida dessas famílias e o recurso a maneiras de regulação do uso com vistas à hierarquização do consumo (*ibidem*). Em localidades cujo acesso à água pode ser realizado por várias fontes, os moradores organizam uma hierarquia de usos segundo a finalidade e a qualidade do recurso. Na perspectiva

desses lavradores, a água que é impedida de circular torna-se impura e sem serventia, de modo que, como apontaram Galizoni e Ribeiro (2003), tais pessoas apenas utilizarão águas barradas em situações de escassez hídrica, estando conscientes da sua qualidade precária.

Essa elaborada distribuição das atividades e das águas fica evidente na fala de uma moradora às margens do rio Salinas. Quando entrevistada em 2005, relatou que utilizava a água do Salinas (rio grande) para lavar as coisas, mas a água para beber e cozinhar é obtida do outro lado do rio, em uma nascente que está localizada dentro da área de mineração da Alba, sendo necessário o uso de animal de carga para buscá-la. Essa discriminação entre águas e usos se evidencia também nos relatos de outros moradores:

> Pego água na cabeça no rio pra lavar vasilha, a casa... Lavo roupa no rio também, mas pra beber, nessa época, faço cacimba. A água é limpa, ela sai clarinha e limpinha (Moradora de Justinos, 2005).

> Tiro água do rio pro uso de casa, pra beber pego do outro lado, na chapada, lá tem nascente. A água da chapada é melhor (Moradora da Lavrinha, 2005).

> A dificuldade aqui às vezes é com água. Pra tomar é só de cacimba, porque a água do rio é só pra labuta de casa (Morador da Malícia, 2005).

Observa-se, assim, uma escala de classificação das águas e suas destinações possíveis. No entanto, a escassez do recurso implica a concorrência entre os diversos usos necessários, levando à priorização de certas atividades ou ao emprego contrariado e ressentido de um tipo de água para uma finalidade imprópria, dada a ausência de outras fontes. A restrição hídrica leva, desta forma, ao abandono ou à redução de algumas atividades produtivas. Conforme afirmam Galizoni e outros (2008), as respostas aos problemas das águas entrelaçam aspectos ambientais, sociais e culturais complexos, de modo que não é possível falar de uma escassez absoluta, mas de "escalas de escassez criteriosamente administradas pelas famílias que conhecem com exatidão suas necessidades domésticas e produtivas e criam estratégias para conviver com a escassez e superar a falta d'água" (:149). Dentre tais estratégias estão: o uso comum das vazantes, os acordos familiares para o uso e a manutenção das nascentes (como é o caso de Prexedes, em que seis grupos domésticos integrantes da parentela utilizam a mesma nascente), a demanda encaminhada às administrações municipais para o

encanamento e o bombeamento da água de fontes outras que não o rio (tal como ocorre na comunidade de Limoeiro, onde a prefeitura providenciou a distribuição de água coletada junto a um represamento pertencente à Suzano), ou mesmo o bombeamento da água do próprio Jequitinhonha (como ocorreu recentemente na comunidade de Marimbondo, já que na localidade inexistem outras fontes).

Alterações introduzidas pela UHE Irapé

Perda das vazantes

A mudança no regime natural do rio resulta na perda de terras para o cultivo das vazantes e tem severas implicações na economia e na dieta dessas famílias. Quanto à economia, vale destacar a ampliação da *despesa* com o consequente comprometimento do *fundo de manutenção* das famílias. Observamos essas alterações na última visita a campo, em maio de 2011, e entrevistas realizadas na comunidade de Marimbondo ilustram as dificuldades trazidas pela mudança do regime hidrológico do rio.

> E: A água não tá indo mais onde a gente planta. Quanto não tinha barragem, a água subia tudo ali. Mas dava, viu. Aí agora, quando planta, tem hora que dá pouquinho. Não tem mais vazante.
> P: O que dá hoje?
> E: Andu, feijão-de-corda dá. O feijão que a gente come vem do mercado.
> P: O que vocês plantavam?
> E: Batata, alface, quiabo, abóbora. Dava muito, comia. Agora é tudo comprado. Quem quer comer vai no mercado e compra. Antigamente dava muita abóbora, a gente carregava burro. Dava tudo, dava pras despesas. Agora quem pode comprar bomba (para bombear a água do rio), que planta. Aí até dá (Morador de Marimbondo, maio 2011).

Moradores da margem esquerda do Jequitinhonha, na comunidade de Limoeiro, também ressaltam as consequências negativas, percebidas como derivadas da implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé:

> Plantava cebola, alho, essas coisas assim. Depois que veio a barragem a coisa ficou pior. Planta, planta, mas não colhe. Nós paramos de plantar. Meu marido tá em Nanuque, vem de 30 em 30 dias. E gente ainda paga dias às vezes. Os meus cunhados vão pro Sul trabalhar. Antes, todo mundo tinha horta, vazante. Uma fartura de cebola, colhia 30, 40 réstia. Batata-doce a gente planta e

> não dá. Até ano passado a gente plantava, aí desisti (Moradora de Limoeiro, maio 2011).
> E1: O problema é a barragem. Depois que fizeram, a vazante acabou. Vem água... Acabando a vazante, a gente pode dizer que acabou o rio.
> E: A gente plantava batata, milho, abóbora, cebola, alho. O que plantava dava. Às vezes dava pra vender. Agora, se o cara querer comer, tem que comprar. Tá muito difícil (Moradoras de Limoeiro, maio 2011).

No tocante à dieta, é preciso perceber que esse efeito sobre o *fundo de manutenção* pode redundar na restrição da dieta daquelas famílias que não possuem meios de ampliar seu trabalho ou rendimentos, pois para elas a *estratégia de internalização dos custos de reprodução* pode ser um imperativo impossível de ser atingido, dada a ausência de excedentes (relativos tanto à extensão de suas terras quanto à disponibilidade de mão de obra). O potencial dessa restrição fica evidente na explicação que uma moradora da comunidade de Malícia ofereceu sobre a alimentação cotidiana na família, ressaltando que só se come mistura, quando é possível produzi-la: "É difícil fazer *mistura*, mesmo duas ou três: abóbora, quiabo, maxixe... É sempre uma verdura só, mas quando é da produção, aí dá. Agora, o arroz é todo dia, não falha, feijão também".

A mudança na dieta das famílias traduz o avesso da lógica prezada por elas, qual seja, a autonomia expressa na busca de gestão e controle interno sobre as condições de produção. A necessidade de buscar tais condições na feira, como a ração para a criação ou a mistura para a alimentação, é relatada com embaraço, revelando um sentimento de vergonha e aviltamento.

> - E, agora, D., pra arrumar as coisas de horta?
> - Agora praticamente quase todo mundo num tá mexendo mais [...]
> - E isso que vocês tinham da horta, cê tava falando, abóbora, cebola, onde o pessoal arruma isso aqui agora?
> - Praticamente assim, deixou de... (o entrevistado silencia e não completa a frase).
> - Compra?
> - [Ele responde afirmativamente] compra agora nas ruas, nos ferante de Coronel Murta, né?
> - Tem que comprar?
> - Tem que comprar. É bem difícil, né? pro cê trazer da rua, né? [...] o melhor é você ter que colher na porta mesmo. *Praticamente a gente ficou à mercê* (Morador de Prexedes, maio de 2011).

A perda de acesso às terras de vazante implica ainda a diminuição da capacidade das famílias de controlar e gerir a mão de obra familiar. A privação da articulação funcional entre as unidades produtivas que compõem o sítio se reflete, assim, na redução da possibilidade de alocação do trabalho familiar no período crítico da estiagem, de modo que ela resulta na multiplicação de perdas e carências, tanto no que se refere à ausência da criação quanto à impossibilidade de realizar a faiscação em busca de ouro e diamante no leito rio.

Vale destacar que a criação funciona como complemento alimentar na dieta das famílias e constitui uma reserva de valor, permitindo às mulheres a apuração de renda proveniente da alternatividade dos seus produtos. Nessa medida, a eliminação das vazantes impõe um quadro de privação, pois limita a terra disponível para trabalhar, extingue um domínio de lavoura que prescinde das chuvas, restringe os meios de produção e reflete a perda do controle sobre a força de trabalho familiar.

Ademais, as alterações no regime natural de vazão do rio significam a supressão de boa parte das referências que lhes forneciam orientação espacial e temporal para condução das atividades produtivas. A regularidade do rio acompanhava o ciclo hidrológico com seu regime de estações alternantes de seca e cheia, as quais, por sua vez, organizavam o trabalho e estruturavam o próprio ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico com os sucessivos fluxos migratórios temporários que caracterizam a estiagem. Impedidos de se orientarem pelo fluxo da água, os moradores buscam compreender novamente uma paisagem que se forma à sua revelia e na qual procuram, sem êxito, produzir seus espaços de vida e trabalho, a exemplo de uma moradora da comunidade de Marimbondo que relata ter produzido seus canteiros por três vezes no último ano, porém, a cada tentativa, as águas do rio tomavam o local, obrigando-a a transplantar as cabeças de alho e cebola recém-plantadas para outros lugares, mas sem sucesso.

Outra narrativa de um morador da comunidade de Prexedes também entrelaça os temas da perda, da privação e da desorientação:

> Devido o trabalho, a margem... que é imprevisível, se você plantar bem na margem onde que tá molhado... e a água, ele [barragem Irapé] solta a água lá. Se o M. [vizinho com a moradia na margem oposta do rio] quiser plantar, mesmo se ele lançar ali na beira de um rio..., ano passado mesmo, ele plantou mais ou menos uns quarenta canteiro, aí já tava tudo nascido, quando eles soltaram a água lá, a água subiu e tampou ó, tudinho, perdeu praticamente a horta toda.
>
> - Perdeu tudo, os quarenta canteiros?
>
> - [Afirma balançando a cabeça]. E antes da barragem cê tinha é.. cê podia

> plantar berano a água, cê sabia o tempo que o rio enchia e o tempo que ele vazava, né? Mais ou menos a época que ele tinha de encher e vazar, aí cê pegava uma base. Agora é imprevisível, né? (Morador de Prexedes, maio de 2011).

O ciclo hidrológico e a dinâmica do rio ordenam não só as atividades produtivas nos diferentes domínios do sítio, como também operam como um marcador da própria trajetória social. O rio que vaza é também o momento de saída dos homens, que deixam suas casas temporariamente para seguir em direção ao trabalho nos canaviais. Aqueles que preferem ficar ou não precisam sair dirigem-se ao próprio rio, dedicando-se à faiscação que fornece igualmente renda e trabalho no tempo da estiagem, quando há pouco a se fazer nas roças. De modo simétrico e inverso, a chegada das águas e a cheia do rio significam também o retorno dos homens, a reunião do grupo doméstico para iniciar as atividades no roçado – é tempo de afluência dos recursos e de trabalho, é hora de preparar as roças. Nesse sentido, a chegada das chuvas e a volta do rio (que enche novamente) é a volta da umidade, da fertilidade, da condição de produção para um novo ciclo, como foi dito, é o tempo da afluência.

A afluência e a "fartura" são agora substituídas pelas perdas que se multiplicam, pela restrição da produção e do trabalho, obrigando a um esforço imperativo e constante de compreender a temporalidade de uma paisagem "imprevisível". Nessa medida, a alteração radical do regime de vazão do Jequitinhonha traz à baila um processo de "inversão simbólica histórica" (Scott, 2009). O termo empregado por Scott (2009) aplica-se originalmente à experiência dos reassentados da barragem de Itaparica. Embora relacionada a reassentamentos, a análise de Scott (2009) nos oferece indicativos importantes para compreender as alterações provocadas no modo de vida dos agricultores familiares que, no caso avaliado por Scott, anteriormente se estabeleciam na beira do rio, sendo obrigados a retornar à caatinga, mantendo-se compulsoriamente vinculados ao cultivo em terras de "sequeiro".

No caso do Médio Jequitinhonha, a inversão que se opera é da fartura à privação. O rio que não vaza dá origem a uma experiência do vazio: o esvaziamento das comunidades (como na comunidade de Pianos, em que 12 das 16 famílias deixaram a localidade), o escoamento das economias com o aumento da *despesa* e a multiplicação dos gastos com a *feira,* a desocupação das mulheres privadas de seus canteiros, a saída dos filhos em função da ampliação da migração permanente, a qual está relacionada à inoperância do *horizonte de gerações.*[8] A nulidade dessa matriz que organiza a lógica camponesa está aí associada à insuficiência dos recursos para a manutenção da família, à esterilidade da terra, agora

estritamente dependente das chuvas irregulares do semiárido. Este fato resulta no sentimento de inaptidão dos homens e chefes de família para o trabalho, com a consequente impotência que os leva compulsoriamente a deixar o direito de origem para buscar melhores condições nos arruados mais próximos (São João da Vacaria, Barra do Salinas, ou as cidades de Josenópolis e Virgem da Lapa). Como um morador de Limoeiro ressaltou quando perguntado pelos nove filhos: "Sai tudo pra fora. Não tem como viver [aqui]" (maio de 2011). O esvaziamento demográfico das comunidades à beira do Jequitinhonha relaciona-se, portanto, à perda das perspectivas tradicionais que fundamentavam as possibilidades de reprodução familiar nas localidades de origem.

Nota-se que a articulação entre a dinâmica produtiva dessa economia familiar e a fluência das águas constituía um campo ou panorama de ação previsível, dado pelo engajamento histórico com o ambiente, e no qual se edificavam os projetos que compunham seu "horizonte de gerações". A ruptura dessa articulação desorganiza, por conseguinte, todo o sistema produtivo das famílias, resultando na ineficácia das tradicionais formas de gestão do seu patrimônio:

> - No Jequitinhonha são 12 comunidades... Então, assim, é uma coisa triste, infelizmente. E todas essas comunidades, na margem do Jequitinhonha era esse mesmo processo, que se tornou a mesma coisa: era área de vazante, produzia pro consumo, e, às vezes, ainda sobrava pra vender, engordar porco, que normalmente engordava aqui com batata e abóbora, né? [...] Hoje temos alguns... e pra tratar tem que comprar milho na rua porque não tem mais produção.
> - Diminuiu criação?
> - Teve que diminuir, né? Muito! Então, às vezes, quem criava dez, agora cria um ou dois só pra aproveitar os restos que sobram de cozinha mesmo, pra não ficar desperdiçando, uma coisa que estraga então... E aí, pra complementar, tem que tratar com ração que vem da cidade. Igual, fizemos um projeto no Banco do Nordeste, meu irmão fez um projeto pra criar porcos e comprou os porcos nessa época que deu bastante abóbora. O preço dos porcos, tava bom de vender, ele comprou os porcos pra aproveitar, porque deu muita abóbora; aí ele falou: "vou comprar pra aproveitar e aproveito e vendo os porcos", porque tava um preço bom. Só que aí parou de produzir, os porcos com esse projeto do Banco do Nordeste, a região "encharcou" de porco e agora estamos com alguns aí que tão morrendo de fome e a gente não tá com condição de tratar deles, e o mercado tá cheio, não tá conseguindo vender. Tomar é prejuízo, na certa. Agora tem que lutar de outra forma pra tirar o dinheiro pra pagar o banco (E., morador de Prexedes, maio de 2011).

Pelas observações apresentadas, podemos considerar, então, que a população a jusante da barragem de Irapé encontra-se atualmente numa situação de liminaridade, posto que os moradores não são reconhecidos como atingidos e, portanto, encontram-se excluídos dos programas de negociação e compensação, ao mesmo tempo em que são profundamente afetados pelos efeitos da instalação e da operação da usina hidrelétrica. Essa população encontra-se no *limbo do planejador,*[9] visto que os prejuízos e as mudanças por que passam são compreendidos tanto pela Cemig quanto pelos técnicos peritos como uma "fase transicional" já superada. Na ótica desses agentes, tudo se passa como se as condições anteriores à inserção do empreendimento tivessem sido restauradas. Contudo, para as famílias, trata-se de uma mudança de regime e não de um estado temporário, pois não há um retorno às condições iniciais de produção e trabalho que antecederam a intervenção do empreendimento. A paisagem com que agora se defrontam é completamente diversa, o que os leva a revisar compulsoriamente seu esquema de organização do trabalho familiar. No lugar do "horizonte de gerações", o que predomina nos relatos é a referência a um passado de abundância que não retorna, a um presente de privação e a um futuro indefinido que os conduz à migração. A referência a essas perdas são aqui enfatizadas, pois configuram um sentimento generalizado de privação.

Insegurança e temor a respeito da água do rio

Cabem ainda algumas anotações finais sobre as dificuldades de acesso à água de qualidade e os significados que a água do rio assume a partir do funcionamento da barragem de Irapé. Como ressalta um morador da comunidade de Prexedes: "O pessoal reclama muito que quase todo mundo tem que usar é água do rio". A percepção da piora na qualidade da água do rio Jequitinhonha é evidenciada pelos moradores que a adjetivam como "contaminada", "envenenada" e "poluída".

> Eles fala que não é pra beber, que tem veneno. Eles tudo fala. Que ela é ruim pra beber. Invisível, mas o pessoal diz que eles põem remédio lá na barragem, deve ser, né? (Moradora de Limoeiro, 2011, margem direita do rio Jequitinhonha).

> É bom dá uma purificada nessa água [a que vem da bomba, mas é coletada no rio] que ela tá meio atrapalhada. É só a água que corre no rio mesmo. A gente vai remando com ela aí, não tem mais o que fazer (Morador de Marimbondo, 2011).

Nos relatos, em geral, prevalece um sentimento de insegurança e de constante temor quanto à qualidade da água que são obrigados a utilizar. A água do rio é ainda associada a problemas estomacais ou irritação na pele e nos olhos: "A água é pegada do rio, pra tudo. Dá coceira" (Moradora de Marimbondo, 2011). Os moradores frequentemente mencionam o seu uso como a única possibilidade, dada a ausência de outras fontes. Em outros casos, quando há fontes alternativas, administram a escassez de modo a reservar outras águas para beber, satisfazendo essa necessidade básica.

> Quando eu bebo essa água [do rio] – num tamo bebendo ela, não, vem de cima [da caixa que armazena a água coletada no represamento da Suzano] – mas quando eu bebo, me dá dor de barriga. Eu associo com a água. Aí, pra beber, é a da represa lá de cima, vem o moço uma vez por semana bombear a água. Por enquanto é, mas ela tá secando. Aí a gente bebe as do rio (Moradora de Santana e professora em Limoeiro, 2011).
>
> Agora que acabou a água [do reservatório da Suzano], por causa da chuva pouca, a gente usa o rio. Toma banho é aqui, porque não tem água. Coça tudo, olho, pele. Quando toma banho, a pele fica cinzenta. Muda de cor. Fica grossa. Olho vermelho. O cabelo fica ruim, né? Diferença. Num é água tratada (Moradora de Limoeiro, 2011).
>
> - Os peixes não ficou foi nada. A água pra nós, ela num é o que era: água normal, doce. A gente bebe porque não tem outra. Por dentro dela [você vê] miquinha, um pó mais dourado, nos remanso. Na [água] corrida a gente não vê. Tá igual um lodo dentro d'água, viu?
>
> - E qual água vocês usam?
>
> - É a do rio mesmo. Num tem mais.
>
> - E dá algum problema usar essa água?
>
> - Coceira no corpo que só vendo. O olho arde. Ontem mesmo eu banhei e deu uma coceira... (F e M., moradores de Limoeiro, maio de 2011, margem esquerda do rio Jequitinhonha).

Tais relatos demonstram a contrariedade, a desconfiança e a insegurança dos moradores, agora, ao consumirem a água do rio Jequitinhonha. A água que fica represada e passa pelas turbinas antes de chegar ao local em que o rio Jequitinhonha alcança as comunidades a jusante da UHE Irapé e as modificações no ciclo de vazões do rio (anteriormente antecipadas e apreendidas nas atividades produtivas dos lavradores) representam toda a oposição ao "normal", à "água

natureza" a que eles tinham acesso. Assim, entende-se que a água está "suja" por não ser "natural".

> Aí tinha que buscar [água] lá no rio. Clarino tava lavando cascalho na água com peneira de arame. A água *corroeu até o arame*. Aí ele brincou com o que é verdade: "se beber, morre". Uai, mas é, né? É água que passa pelos ferros, entende? *Passa pelos ferros. Dava medo.* Difícil é passar um peixe e ficar vivo. *Como essa água pode ser boa?* A água não melhorou de tudo, não (Morador de Limoeiro, maio de 2011).

Nos termos de Mary Douglas (1976), a sujeira é vista como um elemento inoportuno, uma contravenção à ordenação e à classificação sistemática. A água é contaminada por ser armazenada de forma artificial, desobedecendo às leis da natureza, da renovação pela circulação livre, que orientam os modos de pensamento e a organização social dos lavradores na zona rural do Vale do Jequitinhonha. Suja, ainda, por ter que passar pelas turbinas, o que explicaria, para os moradores, as propriedades metálicas percebidas na água e o mal que faz aos seres vivos em contato com ela.

Características estranhas à água, como "feder a ferro", "gosto de alumínio", "entranhada de lodo", "gosto muito diferente", "sumo do mato", "esverdeada", "corrói arame", relatadas por diversos moradores nas comunidades visitadas, justificam as experiências cotidianas de suspeitas de contaminação. Um morador de Prexedes mostra as mudanças em diversos quesitos, concluindo pela impureza do rio Jequitinhonha: "O aspecto da água e do rio mudou muito. Porque, além de plantar, a gente tinha praia no rio. A cor mudou. Uma água muito fria. [...] Eu não acredito que ela tá sadia, não" (Morador de Prexedes, maio de 2011).

Considerações finais

Na comunidade de Mutuca de Cima, embora não afetada pela alteração no regime do rio Jequitinhonha, visto que a comunidade se encontra localizada às margens do rio Salinas,[10] identificamos na fala de um dos moradores uma expressão significativa sobre a experiência das comunidades vizinhas ao rio Jequitinhonha e cujas condições de reprodução social se encontram comprometidas: "retorno do cativeiro" – um cativeiro agora distinto, porque generalizado, não mais associado à escravidão negra (experiência que marcou e organiza a memória coletiva dessa comunidade), mas relacionado a um sentimento de expropriação contínua pelo qual se vem passando e a que se assiste seus vizinhos passarem. A imagem do "cativeiro" generalizado não representa aqui uma

transposição fortuita, visto que na lógica camponesa a perda do controle sobre a terra e sobre a própria mão de obra doméstica significa a supressão da autonomia das famílias, autonomia esta que dá sentido ao horizonte de gerações e que constitui um valor central na organização social dessas comunidades.

Desse modo, a conclusão pericial técnica de que a restauração de uma "vazão ecológica" elimina os danos imputados à população a jusante revela impertinência à luz dos dados etnográficos. Para as famílias, e considerando seu modelo de organização social e produtiva, os danos e os problemas persistem na medida em que se referem não à restituição de uma "vazão ecológica", mas à mudança no próprio regime do rio, o que impossibilita sua reprodução social. Como visto, a dinâmica do rio se relaciona à dinâmica do trabalho e à composição do grupo doméstico. As temporalidades do ciclo hidrológico, da organização das atividades produtivas e da morfologia social estão vinculadas, compondo uma forma de engajamento bastante delicada e complexa com as condições ecológicas locais.

A violência dessas transformações se faz presente na alteração forçada em seu modelo produtivo, assim como na sujeição às novas condições sociais de existência, dada a ampliação de sua dependência a fontes e a estruturas externas ao próprio sítio e à família. Há, por conseguinte, um quadro de "insegurança administrada" em função das condições de vulnerabilidade e dependência a que vão sendo submetidas as famílias, o que se associa à experiência e ao sentimento de privação predominante.

Cabe aqui diferenciar os dois termos propostos por Scott (2009): insegurança estrutural e insegurança administrada. O primeiro se refere à exclusão sistemática a que são expostas as camadas mais pobres da população brasileira, desprovidas do atendimento por serviços adequados ou suficientes. No caso em tela, essa insegurança estrutural se dá pela ausência de serviços públicos de natureza básica, como saneamento e fornecimento de água tratada. É, portanto, uma característica estrutural do modelo de desenvolvimento brasileiro que obriga as famílias a fazerem uso direto da água do rio Jequitinhonha, sem contudo suprimir seu sistema classificatório que comporta categorias diversas de água e seus possíveis usos. Conforme avaliou Galizoni (2003), e foi confirmado pelos dados etnográficos, o uso da água dos grandes rios para beber é um uso contrariado, compulsório mesmo, dada a ausência da provisão de outras fontes no local. Esse caráter compulsório foi evidenciado quando da última visita à comunidade de Marimbondo, em maio de 2011. Na ocasião, a pergunta a um morador sobre o atual estado da água do rio Jequitinhonha foi respondida com uma interpelação dirigida à pesquisadora: "– Você beberia desta água?".

A pergunta do morador é importante porque traduz a demanda por ele

colocada de que é preciso colocar-se na sua situação social, na sua posição estrutural dentro do quadro atual de suas condições de vida para compreender as razões de sua ação, a violência silenciosa e a vulnerabilidade cotidiana que o levam diariamente ao consumo de uma água que a comunidade sabidamente reconhece como não adequada.

Particularmente, o efeito do empreendimento sobre a vida dessas famílias e, doravante, a responsabilidade do empreendedor sobre tais danos devem ser considerados tendo em vista o quadro de "insegurança administrada" – o segundo termo proposto por Scott – a que estão submetidos. Neste ponto, em contraste com a "insegurança estrutural", a "insegurança administrada" ocorre, segundo este autor, quando eventos inusitados ou inesperados se concretizam, o que se dá, no caso em estudo, com a mudança do regime de vazão e a desarticulação do seu sistema produtivo. Aqui, o termo "administrada" se refere a efeitos desencadeados a partir de ações específicas que produzem um quadro de vulnerabilidade. Nele, "[...] a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação das preocupações que já eram latentes quanto introduz preocupações novas" (*ibidem*:190).

As evidências etnográficas nos levam a concluir sobre a perversidade de uma dupla violência que se exerce sobre essa população: estruturalmente, quando são excluídos do provimento de serviços e condições básicas de bem-estar social, e pelo manejo de intervenções diretas sobre suas condições de vida, intervenções estas que permanecem não reconhecidas. O efeito perverso deriva não só da recusa em reconhecer os danos e imputar responsabilidades, mas também da criminalização das próprias comunidades que, segundo o perito judicial no inquérito instaurado pelo Ministério Público, são contraventoras em face do texto da Resolução Conama 357/05. Ironicamente, a responsabilidade recai, então, não sobre os autores das intervenções, mas sobre os sujeitos que compulsoriamente vão sendo arrastados para uma situação em que o consumo da água do rio é uma condição inescapável diante das ameaças de sede e das experiências de privação e vazio.

Recebido em 01/08/2011
Aprovado em 12/08/2011

Raquel Oliveira Santos Teixeira é pesquisadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG). Realizou o mestrado em Sociologia na UFMG (2008), onde é atualmente doutoranda. É autora e coautora de diversos capítulos de livros e artigos sobre a temática dos conflitos socioambientais.

Andréa Zhouri é professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA). Realizou o seu doutorado na Essex University-UK (1998) e o seu mestrado na UNICAMP (1992).

Klemens Laschefski é doutor em Geografia pela Universidade de Heidelberg, Alemanha, professor do Instituto de Geociências da UFMG, atuando no Programa de Pós-graduação em Geografia e no curso Ciências Socioambientais (Bacharelado). É pesquisador sênior do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG).

Notas

1. As autoras agradecem ao CNPq, à FAPEMIG e à PROEX-UFMG pelo apoio às pesquisas e à extensão que tornaram essas reflexões possíveis.

2. Ver ainda Galizoni *et al*., Relatório Final do Colóquio Barragem de Irapé: um balanço das consequências sociais. Montes Claros, dezembro de 2009 (mimeo) e Porto, Bruno & Alencar, Girleno. Falta Água em Assentamento da CEMIG. Jornal *Hoje em Dia*, 22/05/2011.

3. Correspondência do GESTA/UFMG encaminhada à DIENI/DEAM e à Procuradoria da República, em Minas Gerais, no dia 6 de fevereiro de 2006.

4. Sperling, Eduardo von. *PERÍCIA Processo 2006.38.13.012165-7, Classe: 7100-Ação Civil Pública.* Requerente: Ministério Público Federal; Réu: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (s.d.), fls. 1393-1414.

5. Sperling, Eduardo von. *PERÍCIA Processo 2006.38.13.012165-7, Classe: 7100-Ação Civil Pública.* Requerente: Ministério Público Federal; Réu: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (s.d.), fls. 1393-1414.

6. Documento de intimação com referência ao processo n. 2006.38.012165-7, encaminhado, em março de 2011, pelo juiz federal da 1ª Vara da subseção Judiciária de Governador Valadares (MG) ao Ministério Público Federal e redirecionado ao GESTA.

7. Andrade (2006) expõe que a *insegurança alimentar* não se dá somente em termos técnicos relativos ao suprimento nutricional, mas diz respeito, sobretudo, às alterações compulsoriamente imprimidas aos padrões de produção e de consumo dos alimentos, quando estes são modificados drasticamente, levando ao impedimento do acesso aos recursos naturais utilizados tradicionalmente para a composição da economia doméstica camponesa desses grupos.

8. Sobre o "horizonte de gerações" como elemento estruturador das trajetórias e dos projetos de vida do campesinato brasileiro, ver Wanderley (1997).

9. Expressão cunhada por Scott (2009).

10. Afluente do rio Jequitinhonha.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. 1998. "Os Limites da Racionalidade Econômica". In: ___. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas (SP): Ed. Hucitec/ UNICAMP. pp. 99-131.

ANDRADE, Maristela de Paula & SOUZA FILHO, Benedito. 2006. *Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luiz: EDUFMA.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1981. *Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

BOURDIEU, P. 1993. *Outline of a Theory of Practice*. London: Cambridge Press.

CASTRO, E. J. 2010. "O estudo interdisciplinar dos conflitos pela água no meio urbano: uma contribuição da Sociologia". In: A. Zhouri & K. Laschefski (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 176-201.

DIEGUES, A.C. 2009. "Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras". In: W. C. Ribeiro (org.). *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar.* São Paulo: Annablume.

DOUGLAS, Mary. 1976. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. São Paulo: Editora Perspectiva.

GALIZONI, F.M. 2000. *A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

_____________. & RIBEIRO, E. 2003. "Água, População Rural e Políticas de Gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais". *Ambiente e Sociedade*, v. V, n. 2, pp. 129-146.

GALIZONI, Flavia *et al*. 2008. "Hierarquias de uso de águas nas estratégias de convívio com o semiárido em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha". *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 39 (1). Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1076 Acesso em: 27/07/2011.

GALIZONI, Flávia *et al*. 2009. Relatório Final do Colóquio Barragem de Irapé: um balanço das consequências sociais. Montes Claros, dezembro (mimeo).

HELLER, L.; OLIVEIRA, A.P.B.V. & REZENDE, S.C. 2010. "Políticas públicas de saneamento: por onde passam os conflitos?". In: A. Zhouri & K. Laschefski (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed UFMG. pp. 302-328.

INGOLD, Tim. 2005b. "The Temporality of the Landscape". In. ___. *The Perception of*

the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill. New York: Routledge. pp. 189-208.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa & SOUZA, João Valdir Alves (orgs.). 2011. *Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG.

PORTO, Bruno & ALENCAR, Girleno. 2011. "Falta Água em Assentamento da CEMIG". Jornal *Hoje em Dia*, 22/05/2011. Disponível em: http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/falta-agua-em-assentamento-da-cemig-1.283495. Acesso em 27/07/2011.

PORTO-GONÇALVES, C.W. 2008. "*Água não se nega a ninguém:* a necessidade de ouvir outras vozes." Observatório Latino-americano de Geopolítica. Disponível em: http://www.geopolitica.ws/media_files/download/Wporto2.pdf. Acesso em: 06/05/2011.

ROCHA, Leo. 2008. Descoberta mega - reserva de minério no Vale do Jequitinhonha. *Diário do Jequi*, 26/08/2008. Disponível em: http://www.diariodojequi.com.br/index.php?news=270 Acesso em: 06/05/2011.

SCOTT, Parry. 2009. *Negociações e Resistências Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora UFPE.

SOUZA, J.V.A. 1997. "Luzes e sombras sobre a história e a cultura do Vale do Jequitinhonha". In: G.R. Santos (org.). *Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais.* Montes Claros/MG: Best Comunicação e Marketing.

_____________. 2010. "Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do Termo de Minas Novas". In: ___ & M.S. Henriques (orgs.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX. pp. 25-70.

TOMAZ, Rafael. 2010. "Mineração deverá ter vida longa no Estado". *Diário do Comércio*, 22/06/2010. Disponível em: http://www.diariodocomercio.net/index.php?id=70&conteudoId=77282&edicaoId=760. Acesso em: 06/05/2011.

SPERLING, Eduardo von. s/d. PERÍCIA Processo 2006.38.13.012165-7, Classe: 7100-Ação Civil Pública. Requerente: Ministério Público Federal; Réu: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, fls. 1393-1414.

WANDERLEY, M.N. 1997. "Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro". *Anais. II Encontro sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe* – A Agricultura Familiar em Debate, Aracaju, pp. 09-39.

WOLF, E. 1976. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

WOORTMANN, Ellen. 1983. “O Sítio Camponês”. *Anuário Antropológico*, 81:164-203. Brasília: Editora Tempo Brasileiro.

_____________. & WOORTMANN, Klaas. 1997. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB.

ZHOURI, Andrea. & OLIVEIRA, Raquel. 2004. “Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos“.Teoria&Sociedade, n. 12(2):10-28.

_____________. 2010. “Quando o lugar resiste ao espaço“. In: A. Zhouri & K. Laschefski (orgs.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 439-462.

ZUCARELLI, Marcos. 2006. Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____________. 2011. “O Papel dos Mecanismos Flexibilizantes no Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Irapé“. In: A. Zhouri (org.). *As Tensões do Lugar. Hidrelétrica, Sujeitos e Licenciamento Ambiental*. Belo Horizonte: Ed. UFMG (no prelo).

Resumo:

As formas contemporâneas de inserção do país na economia-mundo resultam muitas vezes em processos conflitivos envolvendo parcelas das populações locais, do Estado e dos agentes empresariais cujos investimentos se baseiam na exploração intensiva de recursos naturais. No Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, os conflitos se multiplicam tendo por objeto a gestão das águas. Na literatura especializada, os conflitos sobre a água estão associados às condições distributivas, à desigualdade social e ao descompasso entre diferentes representações culturais. Nesse horizonte, este artigo examina, em particular, o conflito e os desafios vivenciados pelas comunidades ribeirinhas residentes a jusante da barragem de Irapé no que se refere às alterações provocadas em seu modo de vida a partir da instalação da usina no rio Jequitinhonha. Através da experiência como pesquisadores e assessores junto a essas comunidades, o texto discute as controvérsias sóciotécnicas e normativas envolvidas na naturalização da água como mercadoria, destacando seus efeitos na produção de um estado de insegurança e vulnerabilidade imposto à população local.

Palavras-chave: conflito, água, Vale do Jequitinhonha

Abstract:

The contemporary forms of insertion of Brazil in the world economy result gernerally in conflictive processes involving local people, the State and cooperate agents whose investments are based on intensive exploitation of natural resources. In the Jequitinhonha Valley - located in the Brazilian state of Minas Gerais - the conflicts about water management are multiplying. In the specialized literature conflicts about water are associated with the conditions of distribution, social inequality and the mismatch between different cultural representations. Given this horizon, the article examines the conflict and the challenges experienced by the communities of riverside dwellers downstream the Irapé hydroelectric dam with respect to changes provoked within their modes of living after the construction of the power station in the Jequitinohnha river. Based on our experiences as researchers and as political advisors of these communities, this paper discusses the socio-technical and normative controversies in the process of naturalization of water as an economic good, focusing in particular on the imposition of a state of insecurity and vulnerability upon the local people.

Keywords: conflict, water, Jequitinhonha Valley